



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria da Segunda Câmara

Ofício n. 10404/2019 - SEC/2ª Câmara

Belo Horizonte, 2 de julho de 2019

Prezado Senhor,

Intimo V. Sa. do inteiro teor do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Wanderley Ávila, Relator da Denúncia n. 1.071.449, em face do edital do Pregão Presencial n. 060/2019, deflagrado pelo Município de Rio Pomba.

Atenciosamente,


Renata Machado da Silveira
Diretora

Ao Senhor
Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira
Denunciante

Processo n.: 1.071.449
Natureza: Denúncia
Denunciante: Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Rio Pomba

À Secretaria da 2ª Câmara,

Trata-se de Denúncia apresentada por Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira, por meio de sua procuradora, em face do edital do Pregão Presencial n. 060/2019, objetivando “a aquisição de pneus novos, câmaras e protetores para os veículos e máquinas da Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura, Gabinete do Prefeito e Secretaria de Obras, conforme anexos, parte integrante deste edital”, fl. 23.

Acostados à Denúncia de fls. 01/16, vieram os documentos de fls. 17/51.

A presente Denúncia foi protocolizada neste Tribunal em 27/06/2019 (fl. 01) e distribuída à minha relatoria em 28/06/2019 (fl. 55), tendo ocorrido a sessão do Pregão em 01/07/2019 (fl. 23).

Em síntese, alega a denunciante que o edital é restritivo, pois exige que os pneus possuam data de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses no momento da entrega, por contrariar o artigo 3º, da Lei n. 8666/93, bem como o artigo 3º, inciso II, da Lei n. 10.520/2002.

Neste sentido, aduz a denunciante (fl. 04):

Exigir que os pneus possuam no momento da entrega data de fabricação igual ou inferior à 06 (seis) meses é exigência restritiva, pois para as empresas que licitam com produtos importados essa data é inviável, uma vez que só para chegar ao Brasil e haver o desembaraço na Receita Federal leva mais ou menos o prazo de 4 (quatro) meses. Não bastasse este lapso temporal, é importante

frisar que o contrato a ser firmado é para fornecimento em um período de 01 ano, ou seja, a licitante deverá ter os produtos em estoque para suprir as necessidades dos órgãos requisitantes na vigência do contrato, tornando incoerente a exigência de 06 meses da fabricação, já que os produtos deverão estar em estoque no transcurso do contrato. Ademais, essas mercadorias têm prazo de validade de 05 anos, sendo desnecessário exigir que a fabricação seja inferior a 06 (seis) meses. [sic] (grifos no original)

Acrescenta, ainda, que “[...] o contido no Edital de Convocação da Licitação desta Municipalidade quanto à nacionalidade dos pneus, mostra-se contrário ao disposto no artigo 3º da Lei de Licitações, pois, veda a participação no processo licitatório de produtos importados, quando, na realidade, a lei federal não impõe qualquer limitação neste sentido, colocando a nacionalidade do produto e serviço oferecido somente como critério de desempate.”

Registra que a nacionalidade somente pode ser relevante como critério de desempate, nos termos do art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

Ao final, solicita a concessão da medida liminar de suspensão do certame.

Inicialmente, cumpre informar que, de fato, consta no Anexo I – Termo de Referência, no item 3.1.6.2 (fl. 38), a exigência de que os pneus possuam data de fabricação de, no máximo, 06 (seis) meses.

Caso semelhante foi por mim apreciado nos autos da Denúncia n. 1.007.778, em que concedi a medida acautelatória de suspensão do certame, em decisão referendada pela Segunda Câmara na Sessão de 20/04/2017, em que o edital denunciado trazia cláusula idêntica.

Naqueles autos, com fundamento na análise do Órgão Técnico, determinei a suspensão liminar do certame, referendada pela Segunda Câmara na Sessão de 20/04/2017, o qual transcrevo o seguinte trecho:

- **Exigência para o prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.**

Importa destacar que o art. 3º da Lei n. 8.666/93 tem por objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta

mais vantajosa para a Administração em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesta conformidade, é defeso aos agentes públicos, consoante dispõe o inciso I do artigo em referência:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Considerando que os fabricantes de pneus conferem aos produtos, em geral, prazo de validade de cinco anos, não é razoável que a Administração adquira pneus que estejam próximos de apresentar alguma degradação na borracha e não apresentem as mesmas condições de desempenho e segurança devido ao fim da validade.

Contudo, esta Unidade Técnica entende que exigir pneus, protetores, câmaras, filtros de ar e óleos lubrificantes fabricados a no máximo seis meses do seu recebimento pela Administração Pública restringe o caráter competitivo da licitação, vez que, é um prazo curto considerando-se a logística de importação e transporte, inviabilizando, assim, a participação de produtos estrangeiros que necessitam de prazo razoável para chegarem ao destino.

A propósito, a Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, é clara ao dispor acerca da proibição em questão:

Art. 3º (...).

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou

irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Nesse sentido, importante citar o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Processo nº 637.989.12-0, Convite nº CV 14021/2012, Relatora Conselheira Cristina de Castro Moraes, Sessão do Pleno e Acórdão de 27/06/12 (Denúncia apresentada por Vanderleia Silva Melo, referente à exigência do edital, de que os pneus tenham no máximo 06 (seis) meses de fabricação):

Embora regularmente instada a administração representada não trouxe aos autos qualquer justificativa para a estipulação contestada, prevalecendo assim as alegações da representante no sentido da falta de razoabilidade da referida condição, sobretudo tendo em conta que tais mercadorias têm prazo de validade de 05 (cinco) anos.

Esse aspecto possui relevância maior no caso em concreto porquanto o certame lançado objetiva apenas a aquisição de 06 (seis) pneus para veículo utilitário, o que autoriza a presunção de utilização imediata dos bens adquiridos, não havendo razão para exigência do referido prazo máximo de fabricação.

Por essas razões, adstrita ao questionamento suscitado, meu voto acompanha a instrução unânime constante dos autos para considerar procedente a Representação intentada, com determinação à Administração responsável pelo certame que corrija o instrumento para estabelecer razoável prazo máximo de fabricação dos pneus.

(...)

Verificada a plausibilidade das alegações da denunciante, nos termos apurados pelo Órgão Técnico, percebo presente o *fumus boni iuris*.

Assim, com base nos fundamentos expostos, considero que exigir pneus fabricados a, no máximo, seis meses do seu recebimento pela Administração restringe o caráter competitivo da licitação, não se podendo deixar de citar, ainda, que o art. 3º, inciso II, da Lei n. 10.520/2002, veda especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

Nessa esteira, em análise perfunctória, entendo presente o *fumus boni iuris*, uma vez que a exigência pode restringir o caráter competitivo do certame.

Lado outro, resta configurado, também, o *periculum in mora*, tendo em vista que a abertura da sessão ocorreu em 01/07/2019 (fl. 23).

Portanto, considerando que a licitação pode ser suspensão em qualquer fase até a data da assinatura do contrato, nos termos do disposto no art. 267 do Regimento Interno deste Tribunal, **determino a suspensão imediata do Pregão Presencial n. 060/2019.**

Desse modo, no exercício da competência prevista no art. 197, caput e §1º e §2º c/c art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal, determino, *inaudita altera parte, ad referendum* da Segunda Câmara a **suspensão liminar do certame**, devendo os responsáveis suspender o Pregão Presencial n. 060/2019, na fase em que se encontra, e se abster de praticar qualquer ato tendente a efetivar a contratação em tela, nos termos registrados no edital em exame, quanto aos apontamentos que fundamentaram esta decisão, sob pena de multa pessoal no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 85, inciso III, da Lei Complementar nº 102/2008.

Intimem-se o Sr. Marcos Pascoalino, Prefeito Municipal de Rio Pomba e a Sra. Carla Nolasco Martins Vieira Coimbra, Pregoeira e subscritora do edital, fl. 34, na forma prevista no art. 166, § 1º, inciso VI, do RITCMG, para que comprovem a suspensão da licitação, no prazo de 03 (três) dias, e encaminhem documento comprobatório, incluindo extrato da publicação, bem como a cópia da documentação relativa às fases interna e externa do certame, sob pena de aplicação da multa acima referida, informando sobre a possibilidade de alteração do edital, em relação ao item denunciado, caso entendam pertinente, com o intuito de evitar o cerceamento da participação de potenciais fornecedores.


Na hipótese de alteração do instrumento convocatório os responsáveis deverão encaminhar cópia do edital para análise prévia desta Corte de Contas, sob pena de multa.



Determino, também, a intimação do denunciante desta decisão, na forma prevista no art. 166, § 1º, inciso VI, do RITCMG (correio eletrônico fornecido à fl.16).

Comprovada a suspensão, junte-se, ou transcorrido o prazo fixado *in albis*, retornem-me os autos.

Tribunal de Contas, em 02/07 de 2019.



Conselheiro Wanderley Ávila
Relator